

A QUESTÃO DO MÉTODO

Para meu irmão Moacir Telles Maracci (in memorian)

José Gilberto de Souza

Professor Associado do Programa do Departamento de Geografia e Planejamento Ambiental e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe TerritoriAL do Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (IPRI) da Universidade Estadual Paulista.
jg.souza@unesp.br

Raquel Fulino

Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, Brasil
rfulinos@gmail.com

RESUMO

O texto apresenta uma reflexão sobre o método na pesquisa geográfica, explicitando suas relações imanentes para com os elementos gnosiológicos (epistêmicos) e ideológicos na produção do conhecimento. A posição epistêmica do geógrafo e sua visão de mundo materializam-se dialeticamente na demarcação do método de pesquisa, suscitando, assim, suas bases ontognosiológicas. As possibilidades de interlocuções entre as dimensões da subjetividade e da objetividade são, de fato, efetivas na pesquisa científica, cabendo ao pesquisador, portanto, a clareza de seu método de investigação na atenuação das formas supra-subjetivas de suas posições, bem como nas diferenciações concretas no que diz respeito ao saber do “senso comum”. Por outro lado, cabe ainda, na posição de método adotada, a compreensão das impossibilidades ontológicas de neutralidade do pesquisador e da completa negação de suas mediações enquanto ser social.

Palavras-chave: Método. Gnosiologia. Ontologia. Ideologia. Senso comum.

THE QUESTION OF METHOD

ABSTRACT

The text presents a reflection on the method in geographic research, explaining its immanent relations with the gnosiological (epistemic) and ideological elements in the production of knowledge. The geographer's epistemic position and his worldview materialize dialectically in the demarcation of the research method, thus raising its ontognosiological bases. The possibilities of interlocutions between the dimensions of subjectivity and objectivity are, in fact, effective in scientific research, and it is up to the researcher, therefore, to clarify his research method in attenuating the supra-subjective forms of his positions, as well as in the differentiations with regard to “common sense” knowledge. On the other hand, it is also necessary, in the adopted method position, to understand the ontological impossibilities of neutrality of the researcher and the complete denial of his mediations as a social being.

Keywords: Method. Gnosiology. Ontology. Ideology. Common sense.

O MÉTODO E SUAS ARTICULAÇÕES ONTOGNOSIOLÓGICAS NA PESQUISA GEOGRÁFICA

As reflexões produzidas neste trabalho estão referenciadas mediante uma perspectiva de formação em que o método se constitui no principal debate teórico-epistemológico na produção do conhecimento científico em geografia. Ao privilegiarmos a dimensão do método assumimos, em

primeiro lugar, as relações intrínsecas entre ideologia, gnosiologia e metodologia na trajetória de formação, de ensino, de extensão e de pesquisa, ou seja, articulações do trabalho intelectual que tendem a aproximar ou a afastar o “trabalhador em geografia” da realidade do trabalho consciente (ALVES, SOUZA, 2020).

Em outros termos, assumimos que os posicionamentos ontognosiológicos adotados pelos geógrafos operam, inegavelmente, em um nível interno da produção do conhecimento científico, de acordo com o movimento lógico-racional ditado pelas possibilidades epistemológicas dadas objetivamente ao cientista, mas também respondem a um nível mais amplo de questões sociais, exprimindo nuances e tentativas de oposição (dicotomização) ou articulação (aproximação) entre atividade científica e embates ideológicos absolutamente vivos no interior das relações sociais (LÖWY, 2000).

Nesta perspectiva, declinamos, portanto, a noção do “pesquisador isolado”, um cientista atomizado e negado de sua individualidade genérica, que não compreende suas próprias forças pessoais como forças sociais (FULINO, 2020). Assim, reiteramos que a questão do método, nos termos propostos, está frontalmente assinalada pela *práxis* histórica, de modo que o movimento real da história humana torna-se a única condição possível de legitimação e validação das formas de manifestação da consciência humana, dentre elas, o conhecimento geográfico.

Um debate, sem dúvidas, por demais difícil em tempos de cooptação; em tempos em que a reflexão crítica é assumida simplesmente como ideologia e guarda um lugar preciso no passado; em tempos de acintosa mercantilização do conhecimento e de um adesismo às concepções pós-modernas de mundo flexível, fluído, em que novos paradigmas, como o da “complexidade” (MORIN, 2000; 2002), tomam um escopo escolástico, assim como algumas análises sobre categorias da própria geografia, por exemplo: território e territorialidade.

Nesse mesmo sentido, a leitura de Berman (1986), sobre as transformações capitalistas recorreu a algo denominado de “espírito da modernidade”, que, segundo ele, já era percebido por alguns pré-modernos como Rousseau (1999a; 1999b). Esse espírito é caracterizado por certo clamor “desenvolvimentista e revolucionário” da sociedade moderna, visando, ainda de acordo com o autor, ler no cotidiano esses processos de um “sentir-se confortável” frente ao “turbilhão” de transformações que a realidade impõe. Apresenta-se, assim, uma visão de mundo fragmentada, tais como seus “sujeitos modernos” presentes em “*Os sinais da rua*”. (BERMAN, 1987).

Causa admiração, portanto, como a ideologia pós-moderna afirma a *fragmentação* e como um modo de *ser* (o capital, em seu desenvolvimento) se transforma no núcleo provedor do sentido de realidade, em que, atônitos pela imagem, a tomamos como referência plena e única. Nesta lógica, o desenvolvimento é simplesmente a busca do “novo” e sua trajetória de destruição do antigo é o turbilhão. A representação da novidade, uma vez que, segundo Berman (1986), esta sociedade não consegue conviver com o velho e existe uma procura por extirpar do mundo tudo o que não for moderno.

As transformações produtivas e a destrutividade modernas causam um “impacto” sobre a vida do ser humano. O homem contemporâneo é atingido em suas certezas e nas premissas que utiliza para construir opiniões e seguranças. “Tudo que é sólido desmancha no ar”, conclui de forma paródica o autor.

Este paradigma da fluidez, da certeza das incertezas, aponta para uma crise das possibilidades de fundamentação de categorias e conceitos na realidade. Vale dizer que atordoados pela velocidade deixam de perceber o movimento concreto das formações sociais. (SOUZA; MARACCI, 1999). Trata-se fundamentalmente de reconhecer que a atitude primordial do sujeito cognoscente não é abstrata, que analisa a realidade de forma especulativa, aleatória, frente a um mundo arbitrário, mas de um sujeito histórico que exerce sua atividade prática no trato com a natureza e com a sociedade, diante de seus interesses e de um conjunto de relações sociais. Este processo não representa, como se apressam alguns a caracterizá-lo, como determinista, mas longe desta perspectiva reconhece uma dimensão teleológica precisa no fazer humano, mediado pelas condições objetivas. Um fazer, apenas e fundamentalmente mediado.

Compreende-se aqui uma outra realidade existente por trás da aparência dos fenômenos, sua essência, e desde que essa dimensão da *práxis* humana é metodicamente apreendida, o pensamento científico e filosófico se constitui, reconhecendo, finalmente, que, se estes elementos, fenômeno e essência, coincidissem diretamente, o conhecimento teórico seria praticamente inútil. (MARX; ENGELS, 1991). Romper a perspectiva do fenômeno é tarefa crucial na produção do conhecimento que não se dissolve no todo caótico da realidade sensível.

Todavia, o fenômeno não é diferente de sua essência e sua essência não é uma camada antagônica do fenômeno, para deleite dos metafísicos e idealistas. Sem o fenômeno e suas formas de sua manifestação no real, a essência seria inatingível, não seria cognoscível, não seria demonstrável seu conteúdo e seus desdobramentos (materiais e imateriais) sobre a vida cotidiana. Portanto, o domínio sobre esta realidade aparece a partir de uma desconstrução. Esta desconstrução tem uma dimensão prática, empírica, permite identificar as partes de cada fenômeno e exige uma perspectiva teórica - a romper com experimentalismo – também de desconstrução, numa dimensão que permita a reconstrução (a montagem) e nesta lógica se aprende.

Assim sendo, essência e fenômeno exprimem duas qualidades ontológicas da *práxis* humana e dois graus de conhecimento da realidade, ou seja:

[...] dois momentos distintos, porém intrinsecamente articulados. Um primeiro momento é composto por aqueles elementos que articulam em unidade o processo enquanto tal. Tais elementos marcam a continuidade do processo no interior de seu devir, são a sua essência. O segundo momento é dado por aqueles elementos que distinguem cada instante de todos os outros instantes. Essa esfera fenomênica, todavia, apenas pode vir a ser articulada aos momentos em continuidade, que fazem dessas características fenomênicas partícipes de um dado processo mais geral. (LESSA, 2012, p. 50).

O processo do conhecimento, e, neste sentido, a premência do método, se realiza na distinção dialética entre fenômeno e essência, na circunscrição das formas transitórias e conjunturais do processo socioespacial, mostrando, ao mesmo tempo, suas imanências concretas (SOUZA; FULINO, 2016). Esta decomposição (análise) do todo é elemento constitutivo do conhecimento. Este movimento se constituiu em uma superação (como movimento do pensamento) paradigmática do senso comum, uma ruptura epistemológica (BACHELARD, 2006), um rompimento da pseudoconcretificidade. (KOSIK, 2002).

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana que, com sua realidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos, assumem um aspecto independente e natural, constituem o mundo da pseudoconcretidade. (KOSIK, 2002, p.15).

O conhecimento, a compreensão do fenômeno, aparece como reconstrução de uma totalidade concreta, por sua vez trata-se agora de uma outra perspectiva sobre o real, como a metáfora de Heráclito de Éfeso, um devir, o fenômeno reconstituído, reconstruído, aprendido em suas dimensões empírica e teórica (no pensamento) se revela transformado.

Da mesma forma, senso comum e pensamento científico têm em comum uma dimensão prática, porém há uma diferença fundamental entre eles, uma singularidade, uma identidade de domínio em relação ao fenômeno. No processo analítico de desconstrução e reconstrução do objeto, do fenômeno, o movimento de ascensão do abstrato ao concreto (metódico) permite a apreensão, a consolidação de um caminho coerente e sistemático de enfrentamento do real. Esta é a questão central sobre o método, considerando que ele também encerra uma dimensão prática cotidiana, rompendo, assim, qualquer viés de neutralidade do cientista na desconstrução e reconstrução da realidade e de seus fenômenos.

Esta talvez seja, portanto, a grande diferenciação entre o senso comum e o pensamento científico, o que não representa hierarquia, mas diferença latente, circunscrições próprias de identidade. Todavia, não são poucas abordagens teóricas que, efetivamente, suspeitam das distinções concretas entre aparência e essência, pois dissolvem a verdade histórica em artefactualidade discursiva, de modo que senso comum e ciência aparecem sob entrecruzamentos enganosos, quase indiscrimináveis. É o caso, por exemplo, da perspectiva de Sousa Santos (1988), convertendo o conhecimento científico no recrudescimento do “olhar”, das leituras supra-subjetivas dos intelectual, asseverando, por fim, um caminho no qual ciência e não-ciência praticamente não se diferenciam.

O senso comum faz coincidir causa e intenção; detém uma visão do mundo que se assenta na ação, no princípio da criatividade e da responsabilidade individuais. O senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de um grupo social e nessa correspondência se afirma seguro. O senso comum é transparente, evidente... O senso comum é superficial porque desdenha das estruturas que estão para além da consciência, mas, por isso mesmo, é exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas. O senso comum é indisciplinar e imetódico; não resulta de uma prática especificamente orientada para produzir; reproduz-se espontaneamente no

sucedendo do cotidiano da vida. O senso comum aceita o que existe tal como existe; privilegia a ação que não produza ruptura significativa do real, por último o senso comum é retórico e metafísico, não ensina persuasão. (SOUSA SANTOS, 1988, p.70).

Mesmo afirmando que o senso comum é intrinsecamente “indisciplinar e imetódico”, o autor sinaliza, por outro lado, uma forma de operar na realidade absolutamente prática, “colada às trajetórias e às experiências de um grupo social”, o que não deixa de ser verdade. No entanto, a experiência com a prática não é uma condição apartada do processo científico, muito embora, como afirmamos, existam diferenças substanciais entre uma prática e outra.

O senso comum é uma forma de pensamento autoevidente, não trabalha sob questionamentos e escavação de método, assume a factualidade do movimento aparente do real e a percepção mais imediata do sujeito cognoscente. Há, portanto, influência prática da visão de mundo do sujeito, mas destituída de mediações ontognosiológicas geradas no interior das articulações entre método, gnosiologia e método. A totalidade, na compreensão do senso comum, permanece no todo caótico que governa a realidade; a concreticidade torna-se inapreensível.

Neste sentido, como formas de pensamento senso comum e conhecimento científico possuem gênese e objetivações são distintas na realidade, revelando, na ciência, o desenvolvimento ulterior de categorias explicativas da totalidade concreta, que não estão dadas *a priori* na mente do “pesquisador isolado”, mas no bojo das relações sociais de produção. Neste processo, as diferenciações atribuídas a essas duas formas de pensamento podem ser tomadas como rupturas, conforme Bachelard (2006), para quem o pensamento científico se refere aos movimentos descontínuos e, neste sentido, uma forma de pensar o conhecimento se coloca como ruptura em relação à outra. Para Bachelard trata-se de uma ruptura epistêmica do pensamento concreto.

Considera-se que há um conteúdo no pensamento científico que define uma forma de compreensão da realidade a partir de elementos de cientificidade (qualidade, quantidade, repetitividade, unidade da prova e historicidade – ou contexto social), uma essência, um estatuto que o difere de outras formas do pensamento (senso comum, religião, filosofia, por exemplo).

Esclarece-se que nas duas formas analisadas existe um processo de trabalho, de produção de um pensamento, embora se considere, também, que há para a primeira (o senso comum) uma fetichização, e para a segunda (pensamento científico) a possibilidade de uma alienação profunda ou um claro sentido – compromisso – de classe.

Considera-se ainda que mesmo na concepção de Bachelard (2006), esta ruptura se estabelece como visão de método que muda a forma do pensar, mas que o conhecimento científico parte do senso comum e a ele retorna, em movimento. Este processo de passagem entre as formas é dialético e quando se associa a idéia desse movimento à espiral, quer-se ter a nítida representação de não hierarquia, pois não há necessariamente um início ou fim do objeto, em espiral se retém a idéia de movimento cíclico e anti-cíclico, subindo e descendo ao mesmo tempo.

O pensamento científico e o senso comum se encontram em movimento, o primeiro torna-se senso comum o segundo dele se nutre. Talvez neste processo resida um efetivo problema de dimensão ideológica da atitude científica quando assume sentido de verdade, hegemônica, monolítica, porque sua trajetória linear na direção do senso comum muitas vezes se coloca como um “mito”.

Por outro lado, não são raras as perspectivas sociológicas da pós-verdade, na qual a apropriação social do conhecimento científico (como senso comum) se estabelece sem método (a-crítico), como ideologia hegemônica tecidas pelo apriorismo do colonialismo e do eurocentrismo, e, neste movimento, uma exigência de nova ruptura está posta. A questão central para o homem é saber como romper com um *modelo técnico-científico* que se coloca como senso comum, como prerrogativa que incorre ao esvaziamento do próprio sentido da atividade científica (um perigo atual do antiintelectualismo e da desmoralização do conhecimento científico, sobretudo, das chamadas humanidades), esfacelando a “verdade objetiva” em tantas frações as “narrativas” mais bem elaboradas permitir gerar.

Nesta perspectiva i-metódica para a ciência, acompanhamos as reflexões de Sousa Santos, para o qual a ciência:

Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SOUSA SANTOS, 1988: 48).

Já é tempo de frisarmos, mais do que nunca, que “saber se ao pensamento humano cabe uma verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática” (MARX; ENGELS, 2007, p. 537), o que nos permite declinar as “verdades epistêmicas”, circunscritas no discurso, ou seja, operações logicamente arquitetadas na relação sujeito e objeto, de modo que a atividade humana, a base concreta das relações sociais, se volatiliza nas formações ideais do “pesquisador isolado”.

Por sua vez, as críticas a este paradigma de ciência apontado por Sousa Santos, que pressupõe dominação e hegemonia na forma de pensar, criam, em verdade, dois sentidos claros: ou a ruptura se estabelece cotidianamente no desenvolvimento das categorias em sua concretude histórica, ou se toma à recorrência dos fenômenos, em sua velocidade como movimento em si mesmo, suscitando um todo complexo.

Os discursos de complexidade, de certeza das incertezas (MORIN, 2000, 2002; PRIGOGINI, 1998) em muitos casos criam uma espécie de bolha que não pode ser rompida, ou que está para romper com um perigo eminente à humanidade. Quando não, recorrem ao modelo hegemônico de cientificidade como justificativa de suas limitações para a compreensão das transformações impostas. (à luz do cotidiano, dos fenômenos).

Uma visão sobre esta perspectiva é apresentada no excerto abaixo:

O problema é o da epistemologia da complexidade, diz Morin (2000), que no final tem quase a mesma natureza do conhecimento do conhecimento... Como conceber o conhecimento. O problema do conhecimento científico poderia ser colocado em dois níveis. Haveria o nível que se poderia chamar de empírico e de conhecimento científico, que, graças às verificações obtidas por observações e experimentações múltiplas, esclareceria dados objetivos e, sobre esses dados objetivos, induziria a teorias que, pensava-se, “refletiam” o real. Num segundo nível, essas teorias se fundamentariam na coerência lógica e assim fundamentariam sua verdade do sistema de idéias... Os princípios da epistemologia complexa são complexos: não existe um nível, não existem dois níveis. Existem instâncias que permitem controlar o conhecimento; cada uma delas é necessária e cada uma delas é insuficiente. (MORIN, 2000, p. 62).

Mais ela se desenvolve, mais o pensamento encontra o complexo. O complexo surge como impossibilidade de simplificar lá onde a desordem e a incerteza perturbam a vontade do conhecimento, lá onde a unidade complexa se desintegra se a reduzirmos a seus elementos.... O complexo é aquilo que é tecido simultaneamente, aí subentendidos ordem/desordem, um/múltiplo, todo/partes... Tudo é complexo: a realidade física, a lógica, a vida, o ser humano, a sociedade, a biosfera, a era planetária.... Não são somente os fenômenos da superfície que são complexos; os princípios que os regem são complexos; o inframundo e a retaguarda-mundo são eles próprios complexos a complexidade não está apenas nas interações, inter-retroações, ela não está somente nos sistemas e organizações. Ela é a base do mundo físico. Nós somos confrontados pela insustentável complexidade do ser, pela insustentável complexidade do mundo” (MORIN, 2002, pp. 132 e 133).

As citações do autor podem ser retomadas e sua recorrência “complexa” aponta para lugar algum. Existem aqueles que se esquecem de que o homem não coloca para si um problema que ele não pode resolver. (MARX, 1983). A metáfora da poltrona da “Airbone” de Jean Baudrillard tem uma medida concreta às teorias da complexidade, dos turbilhões e das incertezas, menciona o autor:

Às vezes **esta mitologia** exprime-se claramente no discurso publicitário tal como o cartaz de propaganda difundido pela Airbone (poltronas, canapés, assentos). Sob o título: “O verdadeiro conforto não se improvisa”. (cuidado com a facilidade: o conforto é passivo, precisa torná-lo ativo, é preciso criar condições para a passividade), imediatamente se acentua o caráter **moderno e científico do empreendimento**: “**Um bom assento** é síntese de quatro fatores: estética, conforto, estrutura e acabamento... Para criar semelhante **obra prima as qualidades ancestrais do artesão não são suficientes**. “Certamente permanecem indispensáveis e estão sempre ancoradas o mais profundamente no coração dos trabalhadores do móvel” (garantia - passado, segurança moral; as tradições são conservadas e ultrapassadas pela revolução industrial). “Mas **em nossa época um bom assento deve ser fabricado segundo as normas e os métodos que regem o mundo econômico moderno**” (BAUDRILLARD, 2004 p.177- grifo nosso).

Nesta mitologia da complexidade, ou certeza das incertezas, de inexistência de superação tem um discurso que se prolonga até mesmo sobre a matéria e a forma e, como no mercado, vai ao encontro de necessidades, ou melhor, de satisfação. Para muitos autores a perspectiva materialista nada pode

contribuir com questões relacionadas ao meio ambiente ou mesmo às representações cotidianas e suas formas de mediação com o real. É um equívoco pensar o materialismo como produtivista e em alguns casos como econômico-antropocêntrico que não permite estabelecer relações com a natureza e a natureza de suas transformações dentre elas a humana.

Neste sentido, o conceito de metabolismo societal (MARX, 1982; MÉZAROS, 2002) processo pelo qual o homem transforma a natureza externa e sua própria natureza permite inferir sobre os elementos de (in)sustentabilidade urbana e rural, decorrente de uma metamorfose e apropriação das riquezas naturais em riquezas monetárias, a forma como as relações capitalistas convertem as diferenças naturais em diferenças sociais e as causas da depredação capitalista no uso e ocupação do solo e seus desdobramentos sobre a cultura e a condição humana. A ação de transformar a natureza externa constitui o processo de trabalho, constituição de cultura, e seu efeito sobre a natureza interna se manifesta na forma como se estabelecem as relações sociais de produção (a transgenia é um exemplo).

Todo o sentido de ciência, de montagem de um fenômeno está nesta relação entre uma prática empírica e uma prática teórica que tem a capacidade de recriar o fenômeno, um saber fazer, que entende claramente a dinâmica do fenômeno, pois esta recriação permite perceber qual sua lógica intrínseca.

Neste ponto se considera que as categorias e conceitos de análise não se reduzem a uma forma taxonômica, mas teórico-prática, pois é necessário que sua essência seja a essência do modo de produção do fenômeno estudado, reconstruído. Esta característica fundamental é que revela a intrínseca relação entre ideologia, gnosiologia e metodologia (CHEPTULIN, 1982).

A utilização de quaisquer categorias de análise revela uma concepção mundo, revela a dimensão ideológica dos sistemas de pensamento. Quando permitem conhecer as propriedades e conexões universais da realidade (gnosiologia), fornecendo ao homem capacidade de resolver tarefas concretas sobre o desenvolvimento da sociedade. Trata-se de uma dimensão filosófica, de elaborar uma atitude em relação à vida social, caracterizando uma perspectiva autenticamente gramsciana. (GRAMSCI, 1978).

Por tudo isso, as categorias são usadas para compreender a essência da atividade cognitiva e desempenham uma função gnosiológica e por sua vez metodológica, dada a ampliação do nível de pensamento e das possibilidades criativas que encerram.

CATEGORIAS, CONCEITOS E VARIÁVEIS DE ANÁLISE

As categorias podem ser definidas como instrumentos universais de análise dadas suas mediações materiais na existência humana. As categorias não encerram uma perspectiva de tempo cronológico em si, mas de tempo histórico-teórico, uma representação relativa da e na realidade humana. Assim, estes instrumentos não engendram uma realidade, como concebia Kant (apud, LUKÁCS, 1979), de característica essencialmente subjetiva e é neste sentido que Marx; Engels (1991) conferem uma crítica a esta concepção idealista apontando a função prático-social de determinadas formas de consciência independentemente de serem falsas ou verdadeiras. Engendradas objetivamente pela realidade, referem-se a uma construção teórica do pensamento humano sobre a materialidade da natureza humana, em sua essencialidade: o trabalho.

A dimensão não cronológica se estabelece pela concretude do tempo histórico- teórico que transpassa o tempo cronológico, ou seja, as categorias são construídas à luz do desenvolvimento do homem e das formas de pensar sobre este desenvolvimento. Numa palavra: as categorias são concretudes histórico-teóricas em um tempo cronológico segundo determinado estágio de desenvolvimento humano. Em Marx, “as categorias são formas de ser, determinações da existência” (MARX, 1983, p.189), o que implica não se constituírem a partir de “conceitos abstratos”, ao contrário sua dimensão prático-histórica é que permite a elaboração conceitual, como representações ontológicas da realidade.

Neste sentido, a categoria espaço só pode ser entendida na perspectiva de projeção humana, no sentido de busca de sua existência sobre o mundo e a concretude desse processo, o movimento, engendra a categoria território, cujas relações sociais de poder determinam uma nova categoria: a de propriedade.

As categorias não apresentam existência independente, não existem como formas naturais e

linearmente “históricas” são, efetivamente, mediadas por condições concretas de existência e do pensamento sobre esta mesma existência. Isto significa que há uma projeção específica sobre o espaço. Não se trata de um espaço em si, mas para si, como “*lócus*” da reprodução social, pressuposto de toda produção e de todas as práticas humanas. (LEFEBVRE, 1974).

No entanto, a perspectiva da velocidade e o encantamento da globalização como paradigma ideológico (BATISTA JÚNIOR, 1998) pressupõe a supremacia do tempo sobre o espaço e na redução da importância categorial deste último dado o avanço do meio técnico-científico- informacional. (SANTOS, 1996).

Harvey (1993) aponta que a concepção tempo-espaço, e uma suposta aniquilação do segundo por meio do primeiro, não implica o decréscimo de seu significado. O espaço em suas dimensões locacional e de diferenciação se constitui em elemento significativo das relações sociais de produção, que se intensifica pela inovação tecnológica e dada sua densidade territorial, homogeniza, acelera o tempo de reprodução e, portanto, de transformação da paisagem, está última como sendo as marcas de uma determinada projeção espacial capitalista.

Não se constitui a paisagem pela manutenção de uma diversidade, pela lógica das descontinuidades ambientais (geomorfológicas, pedológicas e de regimes naturais), que se amplia pela perturbação, ao contrário, esta diversidade sucumbe aos processos de perturbação da paisagem, tornando-a homogênea, pois tal processo se fundamenta em uma lógica que suplanta tempos desiguais.

Anteriormente, podia-se pensar na definição de Santos (1988, 2001) a respeito do espaço como soma de tempos desiguais. Os tempos de projeção das práticas sociais sobre o espaço (tecnologia de melhoramento genético, por exemplo) se reduzem, ou melhor, se sobrepõem e tendencialmente sucumbem às diferencialidades. Esta é a trajetória contemporânea, ao contrário da soma de tempos desiguais, o espaço passa a ser síntese de tempos que tendem a ser simultâneos.

Espaço, portanto, é objetivação (projeção) humana, realizada mediante o trabalho, é a inerência, efetivação concreta, da relação homem e “meio”. Sem cairmos em quaisquer etapismos, pondera-se que o espaço é categoria geográfica anterior – do ponto de vista ontológico - ao território, pois fundante deste (RAFFESTIN, 1993). Em outras palavras, ao centrarmos a apreensão das categorias nas relações sociais, distinguiremos que o espaço é objetivação da vida, sentido e exteriorização da existência social, e os territórios indicam apropriações concretas exercidas pelas distintas *práxis*, exprimindo dimensões materiais ou imateriais (SOUZA, 2009).

Por sua vez, os sentidos ontológicos de paisagem, espaço e território despontam, por exemplo, no campo e na cidade, onde a redução da biodiversidade significa um ordenamento territorial, uma simplificação, uma homogeneização expressa no rural pela monocultura, uma desordem, uma entropia, que aniquila, elimina a diferença. Uma perspectiva de unificação e simultaneidade temporal. A apropriação e transformação da matriz produtiva, outrora concebida como um tempo necessário à internalização e adoção de tecnologia, vê-se sucumbido pelo deslocamento e por processos de expropriação, se não efetivamente dos sujeitos (agentes econômicos), mas de sua identidade. Esta materialidade se expressa na transformação imediata de produtor em proprietário, sobretudo com o avanço da matriz produtiva sucroalcooleira e não apenas, existem situações de consórcios gestores no setor citrícola.

Este sentido de projeção é um sentido particular de apropriação, de constituição do território que está efetivamente ligado à dimensão de poder (RAFFESTIN, 1993) que enceta imediatamente a categoria propriedade. Mas propriedade aqui ainda se apresenta de forma categorial, uma vez que somente no desvendamento das relações de poder estabelecidas entre os sujeitos sociais é que se produz o conceito de propriedade. Um movimento fundamental para desvencilhar-se de uma visão sobre a velocidade (tudo ao mesmo tempo agora, espaço – tempo) e determinar a compreensão de que plano e objeto de análise que impõem no percurso a mediação de categorias e conceitos, uma transição que se estabelece entre estas dimensões (plano e objeto) que são materialmente únicas, mas não são as mesmas coisas.

Na mediação das relações de poder é que o conceito de propriedade passa a se constituir como tribal, comunal ou privada - por exemplo, na medida em que são as representações concretas até aqui vivenciadas no tempo e no espaço pela humanidade. (materialmente únicas).

Neste sentido afirma Marx:

a categoria mais simples pode exprimir relações dominantes de um todo menos desenvolvido ou, pelo contrário, relações subordinadas de um todo mais

desenvolvido, relações que existiam historicamente antes que o todo se desenvolvesse no sentido que se encontra a sua expressão numa categoria mais concreta.” (MARX, 1983, p.220).

Percebe-se com isso que as categorias e conceitos não são abstratos, não se estabelecem a priori, mas são produtos das relações, engendrados por elas e grávidos de historicidade, de acordo com os diversos níveis das relações humanas, das condições materiais que os engendram. Isso revela seu caráter ontológico, representações humanas de condições humanas de vida, mediadas pelas relações sociais, de produção e reprodução material e imaterial dos homens.

Como universais são referências de representação concreta da trajetória humana ao longo de sua existência, como conceitos são fecundos de tempo histórico, representações de determinado estágio de organização da vida humana.

Categorias e conceitos guardam em si uma dimensão qualitativa de representação ao revelarem as condições sociais que os engendram. A propriedade privada guarda em si a dimensão prática (sócio-espacial) de particularização do território mediada por uma relação jurídica, mas também da dimensão teórico-prática de propriedade não privada, sua característica de negação de propriedade comunal, que não é representativa apenas do território que se apropria de forma privada, mas também do sujeito não proprietário. (plano). A dimensão prático-territorial é uma dimensão das relações sociais de poder, da forma de projeção humana no espaço, constitutiva de identidades diferenciadas entre homens antes iguais. (objeto).

Os conceitos guardam em si uma dimensão quantitativa. Porém é importante assinalar que tomados pela perspectiva positivista normalmente adquirem sentido nominalista e, como variável, busca-se delimitar um comportamento do fenômeno e trata-se de um equívoco analítico tomá-lo como essência, a variação em si, como foco do processo de representação da realidade humana.

Por outro lado, críticas maniqueístas também produzem leituras equivocadas ao pensar que “o rigor científico afere-se pelo rigor das medições. As qualidades intrínsecas do objeto são, por assim dizer, desqualificadas e em seu lugar passam a imperar as quantidades em que eventualmente se podem traduzir. O que não é quantificável é cientificamente irrelevante. Em segundo lugar, o método científico assenta na redução da complexidade. O mundo ‘é complicado e a mente humana não o pode compreender completamente’. Conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou. Já em Descartes (1996), uma das regras do método consiste precisamente em “dividir cada uma das dificuldades... em tantas parcelas quanto for possível e requerido para melhor as resolver” (p. 13). A divisão é a que distingue entre “condições iniciais” e “leis da natureza”. As condições iniciais são os reinos da complicação, do acidente e de onde é necessário selecionar as que estabelecem as condições relevantes dos fatos a observar; as leis da natureza são os reinos da simplicidade e da regularidade onde é possível observar e medir com rigor. Esta distinção entre condições iniciais e leis da natureza nada tem de “natural”, são é mesmo completamente arbitrária. No entanto é nela que assenta toda a ciência moderna”. (SOUSA SANTOS, 1988:50).

Em primeiro lugar é preciso que se reconheça que a representação cartesiana de mundo comprovou sua capacidade explicativa junto às ciências naturais, em um momento em que a observação e a classificação das partes eram essenciais à constituição do saber humano sobre si e sobre a natureza, por sua vez, é preciso que se reconheça sua limitação para desvendamento da interdependência das categorias e a insuficiência do nível de classificação para seu entendimento.

De outra forma, cabe também considerar que a essência cartesiana das variáveis, em seu aspecto quantitativo, deve ser objeto de reflexão sobre os conceitos que reúnem uma dimensão de representação matemática. Há uma dimensão concreta de quantidade nas categorias e conceitos. Segundo Cheptulin (1982), há fenômenos com qualidade múltipla, a quantidade, que expressam “duração”, “espaço”, “situação” e a função das categorias e conceitos é a de expressar duração indeterminada, a negação desta última e no estabelecimento de fronteiras espaciais, sob a forma de ponto, de linha, de superfície e de figura (o que não pressupõe somente uma cartografia, mas cartografias).

Não se pode com isso abarcar uma visão exclusivista da perspectiva qualitativa, bem como certo apriorismo não reducionista dessa dimensão e, pressupostamente, que a análise quantitativa produza todo o reducionismo do pensamento científico contemporâneo. Esta concepção, também reducionistas, é exposta por Sousa Santos (1988).

Sendo um conhecimento mínimo que fecha as portas a muitos outros saberes sobre

o mundo, o conhecimento científico moderno é um conhecimento desencantado e triste que transforma a natureza num autômato. Este aviltamento da natureza acaba por aviltar o próprio cientista na medida em que reduz o suposto diálogo experimental ao exercício de uma prepotência sobre a natureza. O rigor científico, porque fundado no rigor matemático, é um rigor que quantifica e que, ao quantificar, desqualifica, um rigor que, ao objetivar os fenômenos, os objetualiza e os degrada, que, ao caracterizar os fenômenos, os caricaturiza. Porque essa redução nem sempre é fácil e nem sempre se consegue sem distorcer grosseiramente os fatos ou sem os reduzir a quase irrelevância, as ciências sociais têm um longo caminho a percorrer no sentido de se compatibilizarem com os critérios de cientificidade das ciências naturais. (SOUZA SANTOS, 1988, p. 59).

Cabe considerar que esse processo não se realiza numa perspectiva de negação das ciências matemáticas e de sua contribuição no processo de reconhecimento do valor múltiplo das categorias (a quantidade é uma categoria e uma dimensão categorial) e tampouco da reafirmação, ou auto-afirmação do cientista social quanto à qualidade ímpar de sua reflexão, de sua verossimilitude, frente aos pressupostos das ciências naturais ou ciências clássicas.

Esse processo também não se realiza com a compreensão de que “a ciência social será sempre uma ciência subjetiva e não objetiva como as ciências naturais... onde é necessário utilizar métodos de investigação e mesmo critérios epistemológicos diferentes dos correntes nas ciências naturais, métodos qualitativos em vez de quantitativos, com vista à obtenção de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, em vez de conhecimento objetivo, explicativo e nomotético.” (SOUZA SANTOS, 1988, p. 53).

Há nesse processo uma grande confusão na forma de analisar a relação quantidade e qualidade e entre as particularidades dos objetos e fenômenos e o processo de constituição de plano de análise (definição de categorias) e objeto de análise. Suscita ainda uma perspectiva sempre menos científica, porque menos objetiva, das ciências humanas. Uma visão que dicotomiza a produção do conhecimento e dá sustentação a uma perspectiva inexistente de neutralidade científica das ciências naturais.

Neste caso, quando nos referimos às Ciências, de maneira geral (Humanas e Naturais), o processo complexo de formação cognitiva, relacionado às categorias, conceitos e variáveis, não permite definir o valor de apenas uma das ações potenciais, é um “todo” difícil de ser analisado nas suas minúcias, ou seja, desse “todo”, embora formado pela mistura de elementos de avaliação de natureza subjetiva e objetiva, dificilmente poderá se dizer qual das duas naturezas teve papel mais preponderante na elaboração do juízo a ser representado, sobretudo no caso das Ciências Humanas.

De qualquer modo, as relações entre elementos de natureza subjetiva e objetiva são inseparáveis, a ação humana é permeada por uma noção de valor, por uma visão social de mundo. Em contrapartida, reconhecemos a posição fundante da objetividade concreta em relação às operações cognitivas e abstratas (MARX; ENGELS, 2007; LUKÁCS, 2010), muito embora, como já destacamos, a consciência não tem papel inativo na produção do conhecimento e de seus instrumentos de fraturar o real.

Assim, é preciso construir uma visão coerente sobre a realidade e sua representação destacando o principal e o secundário. Este movimento de circunscrição do principal e do secundário refere-se a um processo decisório para moldar e/ou questionar e/ou transformar sua visão de ciência e seus objetivos específicos na transformação da realidade.

É bem sabido, por sua vez, que na ciência clássica, quase como uma religião, a visão do pesquisador é de que seu trabalho é uma revelação sobre a natureza e seus fenômenos, e não como um processo de aprendizagem, sobretudo como auto-aprendizagem. A metodologia de construção de um modelo analítico é de natureza essencialmente recursiva, não determinística e, desta maneira, pode ser visto como uma forma dentre outras de compreensão do real, mas que carrega em si um necessário reconhecimento social, exige uma interlocução e o caracteriza como uma “cocriação” promove a participação de vários sujeitos no processo, um modelo construído é avaliado e aceito e isso determina o terceiro princípio: participação.

Estes três princípios acabam por definir uma leitura acerca da decisão sobre os instrumentos de análise e como eles representam uma visão social de mundo e por sua vez de ciência. Rompem com uma visão dicotômica que se estabeleceu por muitos anos no debate geográfico, por exemplo, sobre a apropriação quantitativa pelo método, como se fosse uma apropriação quantitativa do método (SOUZA; KATUTA, 2001). A questão fundamental se estabelece pelo caráter de relação existente

entre as dimensões quantitativas, cindindo uma representação neutra da realidade, reconhecendo as especificidades dos objetos e dos planos de análise e suas dimensões ideológicas.

AS IDEOLOGIAS EXTRÍNSECA E INTRÍNSECA

A visão do homem acerca da natureza tem como amálgama a noção de externalidade, tomada como corpo externo, com a qual elaborou-se uma representação de mecanismo, de relojoaria em Descartes (1996), como máquina química para a biologia moderna, representações que orientam as relações estabelecidas com a natureza em geral (dominação e extermínio) e seu processo de produção animal e vegetal.

Segundo Almeida Júnior (1995), duas correntes do pensamento podem sintetizar as representações do homem sobre a natureza. A primeira, perseguindo a idéia de corporificação, fundamentalmente na biologia, de vertente reducionista, resultou no entendimento dos vegetais e dos animais como máquinas químicas e passíveis de controle e alteração genética. A segunda corrente se estabelece nas relações de troca entre os seres humanos, do mundo das mercadorias, transformando, portanto, a apropriação da natureza e também do homem num processo natural de desenvolvimento econômico.

Observa-se que as duas correntes apresentam uma expectativa de controle humano, por meio da ciência e da tecnologia sobre a natureza como um objeto, separado do sujeito, o quer consolidar uma visão neutra acerca dos processos de intervenção. Processos de intervenção que diante do avanço dos controles físico-químicos sintetizam as duas visões, uma vez que se trata de uma intervenção sobre a máquina-mercadoria química (plantas e animais) com as mercadorias químicas (fungicidas, praguicidas, etc.), na ampliação do processo de produção e de geração/acumulação do valor.

Esse apego à neutralidade do conhecimento tem como referência os procedimentos teórico-metodológicos de observação e classificação, que sem nenhuma objeção construíram representações pontuais acerca das características quantitativas de uma célula, ou uma folha. O padrão de variabilidade não se estabelece *a priori* pelo olhar do pesquisador, mas pela alteração de comportamento de um todo que interfere em sua natureza e determina o nível de dependência desta variável.

Esta perspectiva dentro da própria ciência natural passou a ser desmistificada, uma vez que quando a ciência natural coloca seu "olhar" para além da ação científica elementar de classificar, identificar, se debate com questões sobre as relações e interações existentes entre os indivíduos e o ambiente o que indica o nível de complexidade na determinação de um único núcleo provedor de mudança.

Este ponto é que permite refletir para além da fragmentação científica e reconhecer uma concepção acerca das ideologias extrínsecas. Ou seja, as ideologias nas ciências naturais e exatas não se constituem no bojo do processo de investigação, mas *a priori* determinam estratégias, procedimentos metodológicos (materiais e métodos, para ser fiel às tradições dessas ciências) e, portanto, teleológicos, consubstanciando uma visão social de mundo e uma determinação de resultado prático-imediato: o conhecimento experimental e as formas de sua apropriação.

As ideologias extrínsecas determinam resultados próximos, objetivos semelhantes, cuja margem de diferença no *stricto sensu* está normalmente na variabilidade dos efeitos.

Tomado de exemplo o aparecimento de fungo ou praga em uma cultura, como a banana, na região de Registro, estado de São Paulo. Por tratar-se de uma atividade também desenvolvida por pequenos agricultores, quilombolas, posseiros, com tradição extrativista e de expressiva importância na reprodução social destas comunidades, qualquer forma de intervenção apresenta desdobramento sobre esta realidade humana. À primeira vista, o desenvolvimento de tecnologias de controles (conhecimentos e práticas) pode ser realizado pela introdução de fungicidas e praguicidas químicos desenvolvidos por pesquisadores para efetiva resolução do problema (o plano de análise).

Como desdobramento desse processo há uma articulação de interesse privado no desenvolvimento (financiamento) e aplicação de tais produtos que determinam descontrole dos efeitos adversos sobre outras plantas e seres. Cabe então considerar as características de subsistência e que tais efeitos colocam em risco a manutenção da população local.

Outro elemento a ser ponderado é que as condições de exploração dessa agricultura integrada à diversidade ambiental (a manutenção de barreiras naturais) são também condições econômicas de competitividade desses agricultores, assim como a utilização da força de trabalho familiar.

Destaca-se, portanto, que o modelo de exploração apresenta reduzidos patamares de consumo intermediário, que se refere ao grau de dependência técnico-produtivo dos agricultores em relação aos insumos externos à unidade de produção e sua alteração coloca em cheque todo este sistema produtivo.

Esta lógica reflete o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo e tais processos são reveladores do grau de concentração do capital no setor que opera na busca de aumento da taxa de dependência tecnológica e de reprodução da atividade agrícola, comprometendo a trajetória da própria agricultura.

Observa-se, assim, que do ponto de vista do objeto de pesquisa em si e de seu objetivo mais central, o combate à praga ou à doença, a estratégia metodológica (químico-industrial) adotada apresentou resultados satisfatórios (o objeto de análise). Hipoteticamente, do ponto de vista da eficiência e eficácia os produtos químicos atingiram percentuais de 90% ou 99% de controle. Entrementes, cabe considerar os aspectos extrínsecos a esse processo revelador da visão social de mundo, que o pesquisador assume muitas vezes particularizada, restrita ao resultado e não ao processo que ele enseja. A possibilidade de contaminação do ambiente onde se estabelece a reprodução social da comunidade; o aumento do consumo intermediário e a alteração dos custos de produção, bem como a ampliação do grau de dependência tecnológica.

De outra forma, o desenvolvimento de alternativas ambientalmente mais sustentáveis, com a utilização de controles a partir do desenvolvimento de organismos naturais; com tecnologias abertas (no sentido de sua descoberta, composição e reprodução) ambientalmente responsáveis; com menor grau de dependência técnica (instrumentos e práticas), que não alteram sobremaneira o consumo intermediário e garantam a permanência das estratégias de reprodução social, cultural e econômica desses produtores, sendo que hipoteticamente a variável resultou em 75% ou 90% de controle.

Os procedimentos metodológicos são reveladores de uma outra visão social de mundo, que do ponto de vista do objeto e do objetivo mais central (controlar a praga e a doença) atingiram, com alteração na variável controle, os mesmos resultados. Explicita-se, assim, que este olhar, por meio das variáveis, realizado comumente pelas ciências naturais, como busca de neutralidade, se constitui no “olhar cego” aos desdobramentos e em alguns casos às motivações centrais da pesquisa e, muitas vezes, de seu financiamento.

Observa-se que, embora o caminho (método) procure o mesmo objetivo, parte-se de um outro ponto de pesquisa, como diria o poeta Thiago de Mello, talvez não seja necessário mudar o caminho, mas a forma de caminhar¹. A perspectiva extrínseca reconhece, portanto, que o método permite a construção de uma verdade epistêmica, mas as escolhas metodológicas e seus desdobramentos a superam e se diferenciam. O sujeito cognoscente na perspectiva extrínseca pretende, portanto, dissipar-se (embora não consiga) de sua atividade genérica mediante um exercício autocentrado de seus referenciais teóricos e seus instrumentais de análise e investigação.

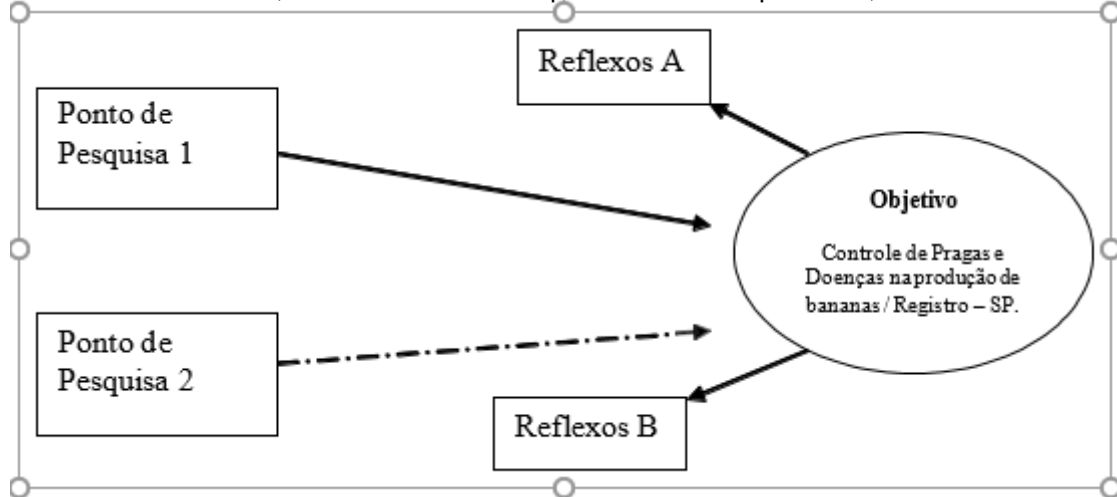
Já na abordagem intrínseca da ideologia na prática científica, reconhece-se uma construção ontognosiológica da pesquisa a partir de pressupostos explicitados entre os aspectos ideológicos, gnosiológicos e metodológicos. Isto significa que há uma imanência real – e passível de ser apresentada e tensionada no interior das premissas que regem o escopo de uma Ciência – entre visões de mundo e o fenômeno analisado, articulações que se materializam na postura e na condução intelectual do geógrafo.

Anunciam-se, assim, os próprios desafios colocados à construção epistêmica de um conhecimento na “linha de fogo” dos embates entre as humanidades e as ciências da natureza, como é o caso da ciência geográfica. O tensionamento entre a ideologia extrínseca e intrínseca não está localizado no modo pelo qual o geógrafo apresenta, de maneira *a priori*, o método, suas metodologias e técnicas de pesquisa, por exemplo, sobre a questão do clima. Queremos dizer com isto que as indagações centrais que norteiam sua atividade teleológica no enfrentamento do problema climático, por exemplo, movem este sujeito a tensionar sua prática científica na direção das imbricações concretas entre o clima e a dimensão relacional e contraditória da vida humana ou escamoteá-la, ainda que reconheçamos que a problemática não possa ser completamente reduzida nestes termos.

¹ “Por isso é que agora vou assim / no meu caminho. Publicamente andando / Não, não tenho caminho novo. / O que tenho de novo / é o jeito de caminhar. [...]”. In: MELLO, T. A vida verdadeira. Faz escuro mais eu canto, 1965.

Um pressuposto, portanto, do “saber interessado” na construção do conhecimento geográfico, o que não significa uma “verdade utilitária”, ou um saber instrumentalizado e funcionalizado, mas antes o pressuposto de que a ciência é produto histórico, e, neste sentido, cumpre determinações diretas ou indiretas, decisivas ou episódicas, no âmago da explicitação ou da atenuação (mistificação) científica dos conflitos e das injustiças sociais intrínsecos à totalidade capitalista, e que se materializa, ainda que não unicamente, na prática científica, na produção do conhecimento, na atividade teórica, por excelência.

Para resumirmos, de forma bastante esquemática o exemplo inicial, temos:



No que se refere à ideologia intrínseca ela, se estabelece na especificidade das Ciências Humanas. Neste caso, é necessário romper com quaisquer leituras pré-conceituais acerca de seu estatuto científico. O Ponto de vista 1 determina ao pesquisador a elaboração de estratégias metodológicas na abordagem. Contudo, também exige a escolha de categorias, conceitos e variáveis de análise. A escolha reflete sua visão social de mundo tal qual no primeiro caso, por sua vez, elas são, como afirmado anteriormente, reveladoras de uma representação da realidade.

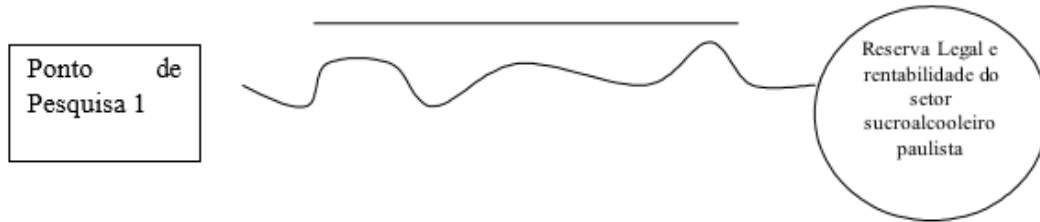
Assim, se contrário à uma política de gestão social do territorial, de imediato pode-se partir do entendimento de que a categoria território se consolida conceitualmente de forma natural. Como os animais, preocupados com a permanência de sua espécie, defendem seus territórios, pela sobrevivência. O sentido de propriedade aparece como uma construção natural dos seres e que sua defesa sustenta sua conceitualização “privada” e que quaisquer ações da sociedade são vistas como negação desse direito, ou do Estado de direito.

Este tem sido o discurso constante dos setores ruralistas resistentes às ações de controle e gestão social do território. O debate acerca da Lei Federal nº 8.171/91- dispõe sobre a política agrária, quando obriga a recomposição da reserva legal pelo proprietário rural - e sobre o artigo 2º do Decreto Paulista nº 34.663, de 26/2/92 - exige o compromisso de recomposição das áreas de reserva legal para a autorização de exploração agrícola das várzeas no estado de São Paulo - evidencia o padrão de reação apresentado pela representante da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), “da espécie”, mas que se particulariza e se projeta no indivíduo, na classe social, ainda que no final o discurso reproduza os impactos econômicos frente à “vocação agroindustrial do estado de São Paulo”.

Este sentido de propriedade, este sentido conceitual (estado de direito) é delimitador de uma racionalidade, de um entendimento, de uma representação sobre a qual não paira outra consideração, a inexistência do público, de gestão social, o território comum. O sentido de território comum cria, portanto, limites de apropriação da natureza e sistemas de regulação desse processo e que estão vinculados a uma idéia de coletividade. Ou seja, somente estas perspectivas já são balizadoras de concepções favoráveis ou não à gestão social do território e, neste processo, definidoras dos instrumentos (categorias, conceitos e variáveis) de análise e por sua vez do caminho a ser construído na compreensão do fenômeno. Objeto e plano de análise se constroem mutuamente no pensamento científico.

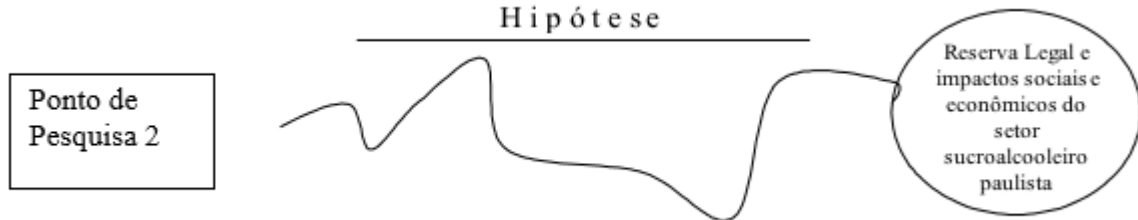
As abordagens se diferem e de uma forma esquemática, pode ser assim, grosseiramente, representadas:

Hipótese



Direito à Propriedade, Custo de Oportunidade do Capital, Renda Monetária, Eficiência Produtiva, Custo Implantação, Trabalho, Valor da Produção. Preços de *Commodities*.

Hipótese



Direito à Propriedade, Custo de Oportunidade do Trabalho, Concentração de Terras e Renda, Renda Monetária, Renda não monetária, Tributação, Elisão Fiscal.

Finalmente, podemos conceber, dentre outras reflexões, que a posição de método, constituidora de visão de mundo e dos referenciais teóricos do pesquisador, não deve indicar um caminho apriorístico de “como proceder” na pesquisa geográfica, ou como operacionalizar antecipadamente categorias e conceitos de uma dada perspectiva de pensamento sobre um fenômeno ou objeto determinado.

Não se trata, portanto, de logicismo escolástico ou de agarrar-se ao empirismo mais vulgar na interpretação dos fatos socioespaciais. É necessário rompimento constante para com as abordagens evasivas da prática científica, aquelas que deslocam o debate geográfico para a “arena da linguagem”, invocando categorias como abstrações teóricas do pesquisador, que aplicadas (“torturadas”) à realidade, desconhecem que é o movimento efetivo da realidade que funda a consciência e suas formações ideais, geradas ontologicamente com o desenvolvimento ser social (MARX, 2007).

De qualquer modo, as demarcações gnosiológicas feitas pelos geógrafos, seus instrumentais teóricos e empíricos na produção do conhecimento geográfico, auferem sentido e demarcações variados de método em relação à facticidade dos fenômenos que governam a realidade. Como visto, o método deixa de responder, de modo primordial e único, à dimensão epistemológica (ainda que seja esta, efetivamente, sua operacionalidade no real), para suscitar, no plano prático-ontológico, determinações que contemplam, na ordem mais geral dos problemas, a relação do pesquisador no mundo e no seu enfrentamento (desmistificação).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As breves reflexões que travamos neste texto permitem demonstrar que as problemáticas de pesquisa levantadas, as escolhas de categorias, conceitos e variáveis de análise para um determinado objeto, bem como a forma de sua apropriação e exposição (MÜLLER, 1982), podem ser bastante distintas entre os geógrafos, o que permite inferir sobre a existência de um grau de subjetividade (ideologia) no processo de produção do conhecimento.

Mas o que difere esse conhecimento do senso comum dado o grau de subjetividade apresentado? Seria a pergunta primeira. A resposta é clara: o método, a validação prático-teórica das categorias, conceitos e variáveis de análise, se estabelece pela trajetória metodológica do pesquisador, capaz de articular também seu aspectos gnosiológicos e ideológicos no processo científico.

Isto significa dizer que, mesmo estabelecendo uma outra concepção de mundo, o sujeito visualiza a trajetória realizada (teleologia) e enreda seus meios e caminhos de consecução da pesquisa, ainda que o fenômeno ou objeto não esteja dado *a priori* ao pesquisador em todas as suas determinações. Este é a segunda resposta à realização do método: ele orienta o caminho e suscita a apreensão concreta das categorias e ferramentas necessárias à investigação, mas não “aplica” o caminho.

Por fim, devemos apontar que demarcações estabelecidas no que diz respeito às bases ontogenosiológicas do método na pesquisa geográfica não pretenderam vocalizar predileções por uma dada matriz teórica em relação a outras, ainda que tenhamos e assumimos nossas posições na pesquisa geográfica.

Neste caso, em particular, apontamos tão somente as múltiplas imbricações concretas entre os elementos de subjetividade e objetividade do “trabalhador em geografia” que atravessam a prática científica, e que, por sua vez, se materializam na dimensão do método. Evidentemente que não esgotamos todos estes elementos nestas reflexões, ainda que tenhamos ensaiado seus aspectos centrais para um debate inicial e uma contribuição ainda em construção sobre a questão do método.

REFERÊNCIAS

- ALVES, William Rosa; SOUZA, José Gilberto de. A Geografia e o Materialismo Histórico Dialético. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 923- 961, jan.-jun./2020.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a negação e afirmação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BACHELARD, G. **A epistemologia**. Lisboa. Edições 70, 2006.
- BATISTA JÚNIOR., P. N. Mitos da Globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, n. 32, v. 12, p. 125 – 211, 1998. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141998000100012>
- BAUDRILLARD, J. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Persectiva, 2004.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo. Cia. Letras, 1986.
- BERMAN, M. Os sinais da rua: uma resposta a Perry Anderson. **Presença**, 9: 122-138, Rio de Janeiro, 1987
- BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boi Tempo, 1999.
- CARROLL, L. **As aventuras de Alice no País das Maravilhas**. São Paulo: Arara azul. (ebooks brasil). 2002.
- CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) . **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. v. 1. 353 p.
- CHEPTULIN, A. **A dialética materialista**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- DESCARTES, R. **O discurso do método**. Para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências. Trad. Jacob Guinsburg e Bento Prado Jr. Editora UFSCar, 1996.
- FULINO, R., SOUZA, J.G. Reflexões ontológicas da paisagem. **Revista da Anpege**, v. 12, n. 19, 2016, pp. 125-145. <https://doi.org/10.5418/RA2016.1219.0005>
- FULINO, R. **A “geografia do poder” de Claude Raffestin. Uma contribuição à teoria materialista do território**. Rio Claro:IGCE/Unesp, 2020.(Tese de Doutorado).
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.
- LATOUR, B. Notícias das trincheiras na guerra das ciências. In: **A esperança de Pandora**. Bauru, EDUSC, 2001.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthopos, 1974. <https://doi.org/10.3406/homso.1974.1855>

- LESSA, Sérgio. **Mundo dos Homens. Trabalho e Ser Social**. 3ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LÖWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. Trad.: Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2000. 219 p.
- LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo. Ciências Humanas, 1979.
- MARTINS, J.S. **O cativo da Terra**. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- MARX, K, ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo. Martins Fontes, 1983.
- MOREIRA, R. O racional e o simbólico na geografia. In: SOUZA, Maria Adélia (et. all). **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1994.
- MORIN, E. A epistemologia da complexidade. In: MORIN, E. & LE MOIGNE, J. **A inteligência da complexidade**. São Paulo. Petrópolis, 2000. pp. 43-137.
- MORIN, E. **Educação e complexidade**. São Paulo. Cortez, 2002
- MÜLLER, M. L. Exposição e Método Dialético em "O Capital". **Boletim Seaf**, nº 2, Belo Horizonte, 1982.
- MÜELLER, G. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- PRIGOGINE, I. *Fim das Certezas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- RAFFESTIN. C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- ROUSSEAU, J-J. **Do contrato social**. Ed. Nova Cultural, São Paulo, 1999a. (Coleção Os Pensadores).
- ROUSSEAU, J-J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Discurso sobre as ciências e as artes. Ed. Nova Cultural, São Paulo, 1999b (Coleção Os Pensadores).
- SANTOS, M. **Espaço e dominação: uma abordagem marxista. Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- SANTOS, M. (Org) **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec / ANPUR, 1996.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo, Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. **O espaço dividido**. São Paulo. EDUSP. 2001.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SHIKIDA, P.F.A. **A evolução diferenciada da agroindústria canavieira no Brasil de 1975-1995**. Piracicaba, 1997. 190f. (Doutorado em Economia Aplicada). Esalq / USP, 1997.
- SOUZA SANTOS, B. Um discurso sobre as ciências. **Estudos Avançados**, v.2. 1988.p.46- 71. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141988000200007>
- SOUZA, J. G.; MARACCI, M. T. O espaço da luta de classes na modernidade. VIII Jornadas de Filosofia I Congreso Internacional Ciencia y Sociedad In: Anais VIII Jornadas de Filosofia I Congreso Internacional Ciencia y Sociedad, 1999, Valladolid-Espanha: Universitat Valladolid, 1999. v. 1.
- SOUZA, J.G.; KATUTA, A.M. Geografia e conhecimentos cartográficos: a cartografia no movimento de renovação da Geografia e a importância do uso de mapas. São Paulo. Ed. Unesp. 2001.
- SOUZA, J.G. & CASTRO, C. A . Concentração de terras e evasão fiscal no sucroalcooleiro paulista. Encontro Nacional de Geógrafos.In.: Anais XIII Encontro Nacional de Geógrafos- Por uma Geografia Nova na construção do Brasil, 2002. João Pessoa –PB.. São Paulo: AGB 2002. v. I.

Recebido em: 20/09/2020

Aceito para publicação em: 16/11/2020